

ATA NÚMERO 154/XII/3ª SL

22.outubro.2013 – 14h30

Aos 22 dias do mês de outubro de 2013, pelas 14:30 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 03, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Eleição do Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura – 14h30**
2. **Aprovação da proposta de Ordem do Dia**
3. **Aprovação de atas**
4. **Comunicações do Presidente**
5. **Petição n.º 292/XII/3.ª da iniciativa de José Carlos Oliveira, “Em defesa da Cinemateca Portuguesa” – 15h00**
 - **Audição dos Peticionários**
 - **Deputada relatora: Mª Conceição Jardim Pereira - PSD**
6. **Audiência ao Fórum dos Conselhos Científicos dos Laboratórios do Estado e Federação Nacional dos Professores – 16h00**
7. **Projeto de Relatório de progresso sobre a aprovação e entrada em vigor das leis e da consequente regulamentação, referente à 2ª Sessão Legislativa da XII Legislatura e Projeto de Relatório sobre as leis parcialmente regulamentadas e não regulamentadas da IX Legislatura ao final da 2ª Sessão da XII Legislatura**
 - **Apreciação**
8. **Projeto de Resolução n.º 776/XII/2.ª- PCP - Recomenda ao Governo que adote o procedimento necessário para a classificação das Salinas de Rio Maior como imóvel de interesse nacional.**
 - **Discussão em Comissão**
9. **Projeto de Resolução n.º 841/ XII/2.ª- PS - Recomenda ao Governo que promova o multilinguismo mediante a integração do inglês no currículo obrigatório do 1º ciclo do ensino básico e crie condições para a aprendizagem de uma segunda língua estrangeira no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular.**
 - **Discussão em Comissão**
10. **Outros assuntos**
11. **Data da próxima reunião**

Dia 30 de Outubro de 2013

1. Eleição do Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura

A Vice-Presidente da Comissão, Sr.^a Deputada Nilza de Sena, informou que o CDS-PP tinha indicado para Presidente da Comissão o Sr. Deputado Abel Baptista, pelo que se iria proceder à respetiva eleição.

O Sr. Deputado João Almeida (CDS-PP) pediu para fazer uma apresentação do Sr. Deputado Abel Baptista, tendo realçado, em síntese, as características pessoais, a sua experiência anterior na Comissão de Educação e Ciência e o desempenho de funções como Secretário da Mesa da Assembleia da República.

Procedeu-se, de seguida, à eleição por escrutínio secreto, tendo sido apurados os seguintes resultados:

- Número de Deputados com direito a voto: 23
- Número de votantes: 18
- Registaram-se 11 votos a favor, 4 abstenções e 3 votos em branco

Após o anúncio do resultado da votação, o Sr. Presidente eleito assumiu a condução dos trabalhos, agradecendo a confiança depositada pelos membros da Comissão, referindo que conta com todos, manifestando a sua inteira disponibilidade e desejando um bom trabalho. Realçou ainda que conta igualmente com o pessoal de apoio da Comissão.

2. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência da deputada do PEV.

3. Aprovação de atas

As atas n.ºs 152/XII, da reunião de 15 de outubro e 153/XII, da reunião do dia 16, foram aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência da deputada do PEV.

4. Comunicações do Presidente

4.1. Pedidos de audiências

4.1.1. O Sr. Presidente da Comissão informou que a Associação para a Gestão e Distribuição de Direitos – AudioGest, tinha solicitado uma audiência para tratar do IVA na gestão coletiva de direitos conexos.

Antecedentes: Na sequência de audiência à AudioGest, a AR aprovou a Resolução 40/2013, publicada em 3/4/2013, em que recomendava ao Governo que:

1. Determine uma clarificação por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira do regime de isenção do IVA respeitante aos exercícios anteriores a 2012;
2. Se suspendam as ações inspetivas e quaisquer outros procedimentos até que a administração fiscal possa tomar posição definitiva sobre o tema;
3. Se esclareça retroativamente a matéria, bem como seja devidamente acautelada a especificidade da atividade de cobrança e gestão de direitos de autor e atividades conexas e se assegure igual tratamento aos diversos agentes.

4. Na sequência da Resolução, a Autoridade Tributária e Aduaneira divulgou em 28/6/2013 um entendimento sobre o âmbito da isenção do Código do IVA:
 - ✓ Aplicando-a a pessoas singulares e a pessoas coletivas;
 - ✓ Não a aplicando aos titulares de direitos conexos, mas apenas aos autores.
5. Nessa sequência, AudioGest e alguns seus associados foram agora notificados de processos para liquidação adicional IVA de 2009, como titulares direitos conexos
6. AudioGest contesta liquidações adicionais de 2009 a 2011

Dado que a AudioGest pediu audiência à Comissão de Educação, Ciência e Cultura (CECC) e à Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública (COFAP), foi consensualizado fazer uma audiência conjunta, aberta a deputados de ambas as Comissões.

Tendo ainda a Sr.^a Deputada Inês de Medeiros (PS) salientado que tratando-se de matéria fiscal é primordial assegurar a presença de deputados da COFAP, foi consensualizado articular a audição com aquela Comissão.

4.1.2. Tendo presente o pedido de audiência da Confederação Nacional da Educação e Formação, para fazer a apresentação do plano de atividades e discussão como participar no processo de definição do futuro da educação e formação em Portugal, foi consensualizado agendá-la para uma próxima reunião da Comissão.

4.1.3. Atento o pedido de audiência da Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais, para equacionar o processo de revisão do Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (RJIES), foi informado que já se recebeu em 16 de outubro a Associação Nacional dos Funcionários das Universidades Portuguesas, para equacionar a mesma matéria, tendo sido consensualizado agendar a audiência para uma próxima reunião da Comissão.

4.2. Entrega dos pareceres do Orçamento do Estado e das Grandes Opções do Plano, na Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública, até ao dia 25 de outubro, inclusive (sexta-feira)

O relator das GOP é o Sr. Deputado Duarte Marques (PSD) e os do Orçamento do Estado são os Srs. Deputados Pedro Delgado Alves (PS) e Inês de Medeiros (PS). Nesta sequência, foi deliberado marcar uma reunião da Comissão no dia 25 (sexta-feira) às 09h30, para apreciação dos 2 relatórios.

4.3. O Sr. Presidente da Comissão informou ainda que foram distribuídos a todos os deputados (as) os relatórios a seguir indicados e não tendo havido propostas de alterações aos mesmos, indicou que se consideravam validados.

- Relatório da audiência do Grupo de Trabalho do Regime da Partilha de Dados Informáticos à AFP - Associação Fonográfica Portuguesa e AUDIOGEST – Associação para a Gestão e Distribuição de Direitos;
- Relatório da audiência à Associação Nacional dos Funcionários das Universidades Portuguesas;
- Relatório da visita ao Instituto de Telecomunicações, no âmbito da temática da Ciência.

5. Audição dos peticionários da Petição n.º 292/XII/3.^a, da iniciativa de José Carlos Oliveira, “Em defesa da Cinemateca Portuguesa”

O Sr. Presidente da Comissão deu as boas vindas à delegação dos peticionários, que era constituída pelos Drs. José Carlos de Oliveira, Paulo Trancoso, Gustavo Faria e João Maria de Freitas Branco e indicou a grelha de tempos da audição.

O Dr. José Carlos de Oliveira referiu que na origem da petição está o objetivo de conseguirem encontrar um acordo para manterem a Cinemateca, que não seja precário, realçando que a instituição tem vindo a perder receitas de cerca de 60%. Saliaram que a Cinemateca tem dois núcleos, um museológico e outro de projeção de filmes, com equipamento dispendioso, o que onera as suas despesas de funcionamento.

Assim, solicitou um acordo interpartidário para se financiar a Cinemateca, propondo que se passem as verbas da mesma para o Orçamento do Estado, como acontece com os Museus, realçando que agora está dependente das verbas da publicidade. Saliou, ainda, que atualmente a Cinemateca não pode passar filmes digitais, por não ter equipamento para o efeito.

Indicou ainda que o problema principal é a nova Lei do Cinema e o facto de os operadores não a cumprirem, o que gera uma diminuição significativa das receitas da instituição, reiterando que as soluções atuais, adotadas pelo Secretário de Estado da Cultura, são extraordinárias e transitórias.

O Dr. Paulo Trancoso, Presidente da Academia Portuguesa de Artes e Ciências Cinematográficas, realçou a grande colaboração que têm com a Cinemateca e referiu as significativas mudanças tecnológicas dos últimos anos, com a projeção digital, indicando que a mesma não tem equipamento para o efeito.

Interveio, depois, a Sr.^a Deputada Inês de Medeiros (PS), que realçou a grande mobilização da sociedade em relação a esta matéria e informou que apresentaram um Projeto de Resolução com recomendações ao Governo e o PCP e o BE apresentaram Projetos de Lei, todos com soluções para a questão, tendo sido discutidos em 9 de outubro e rejeitados.

Defendeu o alargamento de verbas para o cinema e salientou que as verbas para a Cinemateca baixam no Orçamento do Estado para 2014. Indicou ainda que havia verbas no QREN, mas foram paradas, concluindo que a manutenção e a sobrevivência da Cinemateca estão em risco.

A Sr.^a Deputada Catarina Martins (BE) defendeu que o Estado tem a obrigação de preservar o património existente e reiterou que as propostas apresentadas pelo BE e bem assim pelo PCP e pelo PS já foram rejeitadas. Saliou que o Governo criou uma estrutura única com teatros e a Cinemateca, mas depois suspendeu-a e não deu alternativas.

Manifestou-se no sentido de que as soluções do Secretário de Estado da Cultura são de favor do Governo, o que considerou inaceitável e referiu que o BE, no seu Projeto de Lei, apresentou a proposta a que o Secretário de Estado tinha dado acordo e, não obstante isso, foi rejeitada.

Defendeu ainda que a Lei do Cinema não funciona, informando que continuarão a combater, pedindo a ajuda da sociedade civil para o efeito.

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) referiu que o Projeto de Lei do PCP propunha a alteração da Lei do Cinema, para que existisse um orçamento de funcionamento da Cinemateca a suportar pelo Orçamento do Estado (OE) e um de investimento, sendo 50% suportado pelas taxas sobre a publicidade e bem assim sobre os operadores e os restantes pelo OE.

Referiu, ainda, que o Arquivo Nacional da Imagem em Movimento não tem equipamento para a leitura de bens digitais e defendeu que o Governo não está a assegurar as suas obrigações.

O Sr. Deputado Pedro Morais Soares (CDS-PP) referiu que o Secretário de Estado da Cultura informou que esteve sempre assegurado o financiamento, já tendo garantido o de 2013 e 2014.

A Sr.^a Deputada M^a Conceição Jardim Pereira (PSD) referiu que vê com satisfação a participação da sociedade civil, defendeu que há consenso interparlamentar no sentido de que a Cinemateca funcione e bem, mas chamou a atenção para o momento difícil do país.

Salientou que o Secretário de Estado da Cultura, no mesmo dia da discussão dos 2 Projetos de Lei e do Projeto de Resolução referidos, assegurou as verbas para a Cinemateca e realçou que o problema já vem de trás. Concordou que a Lei do Cinema tem de ser cumprida e informou que não concordavam com o Projeto de Lei do PCP por aumentar o esforço do Orçamento do Estado.

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) contrapôs que o respetivo Projeto de Lei diminuía o esforço inicial e fazia uma distribuição diferente ao longo dos anos.

A Sr.^a Deputada Inês de Medeiros (PS) realçou que a Cinemateca já viu o seu orçamento diminuído em 50%.

Por último, o peticionário, Dr. José Carlos de Oliveira, registou a vontade dos deputados dos vários Grupos Parlamentares de resolverem as questões da Cinemateca e da Lei do Cinema, informou que noutros países a aplicação dessa lei deu muitos resultados, tendo dado os exemplos da França, Holanda e países nórdicos e reiterou que a mesma tem de ser cumprida e os operadores têm de pagar pela difusão de conteúdos estrangeiros, com que ganham muito dinheiro.

A gravação da audição está disponível na [página da Comissão, na internet](#).

6. Audiência ao Fórum dos Conselhos Científicos dos Laboratórios do Estado e Federação Nacional dos Professores, sobre a redução do orçamento do Instituto de Investigação Científica e Tropical para 2014

O Fórum dos Conselhos Científicos dos Laboratórios do Estado estava representado pelo Professor Pedro Reis (que fez a intervenção através do sistema de vídeo-conferência) e o Conselho Científico do Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT) pelos Doutores Vitor Rodrigues, Eduardo Leitão e Maria José Santos.

A FENPROF - Federação Nacional de Professores era representada pelo Professor João Cunha Serra.

O Sr. Presidente da Comissão deu as boas vindas à delegação das 2 entidades, pedindo-lhes que expusessem as questões que estão em causa.

O representante do Fórum referiu que os Laboratórios do Estado têm vindo a ter uma redução das suas verbas, havendo necessidade de se fazer uma definição clara da sua missão.

Os representantes do Conselho Científico do IICT realçaram as sucessivas reduções do orçamento daquela instituição, a falta de contratação de investigadores e a prevista redução para 2014 da despesa com investigação (incluindo investigadores e técnicos superiores). Na Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2014 prevê-se uma redução de 40% na rubrica de pessoal.

Salientou que apenas o IICT - e não os restantes Laboratórios do Estado - é alvo de uma redução tão elevada e que desde 2000 só tiveram 15 investigadores novos, do Compromisso com a Ciência. Referenciaram ainda o aumento significativo de receitas que o IICT tem conseguido e a importância das atividades desenvolvidas pelo mesmo no âmbito da cooperação e das relações com países de Língua Portuguesa.

Informaram também que o Professor Contzen (Professor belga, que coordenou o grupo de trabalho nomeado pelo anterior Ministro do Ensino Superior e Ciência para a reestruturação dos Laboratórios do Estado) realçou igualmente a importância das atividades deste Instituto, numa nota com "*Uma visão para o futuro do IICT*", de março de 2013 (documento que entregaram).

O representante da FENPROF referiu que o IICT passou para a tutela do Ministério dos Negócios Estrangeiros em 2013 e parece estar a verificar-se um desmantelamento não declarado do mesmo. Realçou que se trata duma entidade com um património de mais de 100 anos. Fez ainda referência ao despacho do Presidente do Instituto de setembro, que determinou que a redução de verbas exige uma avaliação dos investigadores, prevendo-se que vá haver requalificação dos mesmos.

Interveio, depois, o Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP), referindo que se verifica um corte de 88% nas despesas correntes do IICT e realçando as funções desempenhadas pelo mesmo, a nível da soberania do Estado e da cooperação. Informou, ainda, que apresentaram um Projeto de Resolução ([Projeto de Resolução n.º 846/XII](#)), recomendando ao Governo a elaboração de um plano estratégico de médio prazo para o Instituto, que seria discutido naquele mesmo dia na Comissão de Negócios Estrangeiros e votado na 6.ª feira seguinte.

O Sr. Deputado Luís Fazenda (BE) enfatizou que o processo do IICT não é apenas de não renovação de quadros, mas também de liquidação do mesmo, informando que acompanhavam a reivindicação que estava a ser feita.

A Sr.ª Deputada Maria José Castelo Branco (PSD) manifestou reconhecimento em relação à importância da investigação e fez referência ao facto de não haver concursos de investigadores desde há 15 anos e às remodelações sucessivas do IICT.

Realçou depois a situação difícil atual do país, a necessidade de gestão das áreas de investigação e a maior premência para áreas importantes do país. Realçou o aumento de receitas do IICT e referiu que ponderarão a situação.

O Sr. Deputado Rui Jorge Caetano (CDS-PP) propôs que a questão seja equacionada primordialmente na Comissão de Negócios Estrangeiros e no respetivo Ministério, louvou o aproveitamento de verbas que têm feito e informou que ponderarão a hipótese de colmatar alguma dificuldade.

A Sr.ª Deputada Odete João (PS) realçou a impossibilidade de se acomodar uma diminuição de verbas de 47%, referiu que o IICT tem um papel muito importante e uma relação histórica com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, países tropicais e indicou que toda a investigação e conhecimento acumulado se perderão. Defendeu ainda que a atividade desenvolvida pelo Instituto é importante como porta para os países da lusofonia.

De seguida, o representante da FENPROF informou que pediram uma reunião com o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, que iria ter lugar no dia seguinte. Referiu que no relatório da Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2014 se prevê uma diminuição das verbas de funcionamento do IICT e um aumento das receitas próprias.

Realçou, ainda, que conhecem as dificuldades do país, mas que não há equidade nos cortes a este Laboratório do Estado em comparação com os restantes e que a situação gerará uma vergonha para o país a nível de cooperação.

Os representantes do Conselho Científico do IICT informaram que não conhecem mais nenhum Laboratório do Estado a quem seja exigido tanto esforço, com um corte significativo nas despesas correntes, que vai originar a redução das equipas de investigação (investigadores e técnicos) e implicará o não cumprimento de projetos em curso que foram ganhos em concursos internacionais muito competitivos e para os quais têm financiamentos.

Por último, o Professor Pedro Reis, do Fórum dos Conselhos Científicos dos Laboratórios do Estado, referiu que as preocupações do IICT eram justas e justificadas e que a Comissão conhece bem a situação dos Laboratórios do Estado e a dificuldade de execução de projetos internacionais. Assim, pediu o apoio dos deputados para não se pôr em causa a integridade do IICT.

A gravação da audiência está disponível na [página da Comissão, na internet](#).

7. Projeto de Relatório de progresso sobre a aprovação e entrada em vigor das leis e da consequente regulamentação, referente à 2ª Sessão Legislativa da XII Legislatura e Projeto de Relatório sobre as leis parcialmente regulamentadas e não regulamentadas da IX Legislatura ao final da 2ª Sessão da XII Legislatura

Tendo o Sr. Presidente da Comissão colocado em apreciação os dois documentos, pronunciou-se o Sr. Deputado Luís Fazenda, referindo que há muitas leis sem regulamentação e propondo que se equacione na Conferência de Líderes um maior acompanhamento bem como que haja uma reflexão sobre a falta de regulamentação.

Tendo o Sr. Presidente da Comissão referido que uma grande das leis não tem prazo de regulamentação, o Sr. Deputado do BE considerou aceitável essa situação, por dificuldades de previsão do prazo necessário para elaboração e aprovação dos diplomas regulamentadores, mas entendeu que se deve fazer uma reflexão na Conferência de Líderes sobre a falta de regulamentação de tantos diplomas.

Nesta sequência, o Sr. Presidente da Comissão informou que colocará a questão numa próxima Conferência de Presidentes das Comissões.

8. Projeto de Resolução n.º 776/XII/2.^a- PCP - Recomenda ao Governo que adote o procedimento necessário para a classificação das Salinas de Rio Maior como imóvel de interesse nacional.

O Sr. Deputado António Filipe (PCP) apresentou o Projeto de Resolução, tendo intervindo, seguidamente, os Srs. Deputados Margarida Netto (CDS-PP), Isilda Aguincha (PSD), Inês de Medeiros (PS) e Luís Fazenda (BE).

A informação que resultou do debate encontra-se disponível no processo do [Projeto de Resolução](#).

9. Projeto de Resolução n.º 841/ XII/2.^a- PS - Recomenda ao Governo que promova o multilinguismo mediante a integração do inglês no currículo obrigatório do 1º ciclo do ensino básico e crie condições para a aprendizagem de uma segunda língua estrangeira no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular.

A Sra. Deputada Odete João (PS) apresentou o Projeto de Resolução, tendo intervindo, de seguida, os Srs. Deputados Rosa Arezes (PSD), Rui Jorge Caetano (CDS-PP), Luís Fazenda (BE) e Rita Rato (PCP).

A informação que resultou do debate encontra-se disponível no processo do [Projeto de Resolução n.º 841/XII](#).

10. Outros assuntos

11. Data da próxima reunião

Dia 30 de outubro de 2013

A reunião foi encerrada às 17:45 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 22 de outubro 2013

O Presidente da Comissão

(Abel Baptista)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista
Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Ana Sofia Bettencourt
Carlos Enes
Duarte Marques
Inês de Medeiros
Isidro Araújo
Isilda Aguincha
Luís Fazenda
Maria Conceição Pereira
Maria José Castelo Branco
Nilza de Sena
Odete João
Paulo Cavaleiro
Pedro Delgado Alves
Rita Rato
Rui Jorge Santos
Rui Pedro Duarte
Carlos Zorrinho
Catarina Martins
Emília Santos
Laurentino Dias
Margarida Neto
Maria Manuela Tender
Miguel Tiago
Paula Baptista
Pedro Morais Soares
Rosa Arezes
Rui Jorge Caetano

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia
Michael Seufert
Pedro Pimpão

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Margarida Almeida